

Presentes:

Membros do Conselho:

David Pereira Brito – Coresan Apucarana; Tatiana Marin – Coresan Apucarana; Janaiara Moreira Sebold – Coresan Campo Mourão; Tammy Rafaelle Kochanny – Coresan Curitiba; Ivori Fernandes – Coresan Francisco Beltrão; Dóris de Fátima Iastrenski – Coresan Guarapuava; Patrícia Chiconatto – Coresan Guarapuava; Cláudia Regina dos Santos – Coresan Irati; David de Abreu Rocha – Coresan Jacarezinho; Martinha Wilchak Verneke – Coresan Laranjeiras do Sul; Kelly Franco de Lima – Coresan Londrina; Marilze Brandão de Assis – Coresan Maringá; Luciana Kaiser – Coresan Pato Branco; Roseli Pittner – Coresan Pitanga; Leandro Aparecido Espiniano – Coresan Paranavaí; Maria Isabel Corrêa – Coresan Ponta Grossa; Jaciara Reis Garcia – Coresan Toledo; Éder Silva Cordeiro – Coresan Umuarama; Marcelo Inácio Stelmach – Coresan União da Vitória; Salete Venâncio – Coresan União da Vitória; Marcia Cristina Stolarski – Secretária de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosângela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; Adriane Leandro – Secretária de Estado da Saúde; Daisy Mara Jayme Maia – Sanepar; Afonso Takao Murata – UFPR; Ana Mirian Araújo Kriek – IDR/Emater.

Outros Participantes: Roselene Sonda - MPPR

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

- Abertura e aprovação da pauta
- Relato das Coresan's
- Plano Safra 2020/2021
- Programa Compra Direta Paraná
- PAA Federal
- Comercialização de produtos de origem animal
- Plenária final

Memória: Dando início a reunião a presidente Roseli Pittner dá boas vindas aos presentes e encaminha a aprovação da pauta da proferida reunião. O secretário executivo Valdenir Veloso, inicia sua explanação falando sobre dois documentos, o primeiro trata-se da nota do CONSEA sobre a escassez de água no Estado do Paraná, já o segundo versa sobre o PNAE e o uso da merenda nesse momento de pandemia. O Secretário salienta que o documento sobre o PNAE virou uma recomendação enviada a todos os municípios, para que os mesmos possam relatar o que foi feito em relação à merenda escolar. O Secretário informa ainda que o Estado do Paraná já responde por cerca

de 40% das adesões ao SISAN e que há 40 processos tramitando, sendo que desse número oito serão encaminhados para os prefeitos assinarem o termo de adesão. Na sequência, a conselheira Rosângela esclarece sobre as entregas dos kits da merenda escolar, os quais atendem 231 mil estudantes de 2.143 escolas estaduais que estão recebendo regularmente os alimentos desde o início da pandemia. Em seguida, o Oficial de Projetos da FAO, Sr. Valter Bianchini é apresentado e passa a explanar sobre o Plano Safra 2020/2021. Dentre inúmeras informações sobre o Plano, ele destaca que o Paraná participou com 113 mil contratos e com aplicação de mais de 4 bilhões de reais, sendo que para o novo Plano Safra foi anunciado 33 bilhões, um aumento de 5,7% em relação ao exercício anterior. Bianchini salienta que os recursos do plano safra são mais para custeio do que para investimento. Ele comenta ainda que o projeto de moradia continua e que o jovem (casado) que mora com o pai pode solicitar esse recurso para fazer sua casa na propriedade dos pais. Outra informação apresentada pelo Oficial da FAO, está relacionada com um programa novo de Bioeconomia para aqueles que querem trabalhar com plantas medicinais, turismo rural, com extrativismo do pinhão, dentre outros. Bianchini clarifica que há novos critérios da DAP Jurídica e que há linhas do PRONAF que ainda são pouco utilizadas. O Paraná está em segundo lugar com o número de contratos do PRONAF e que ainda há poucos contratos no PRONAF mulher e que a maioria desses contratos se encontra alocado no Nordeste, sendo que no Sul apenas 11% são para as mulheres. O Sr. Bianchini ressalta a importância de ter um envolvimento e integração maiores dos produtores, principalmente dos mais pobres no PRONAF. Na sequência, foram feitos alguns questionamentos sobre o PRONAF. A conselheira Roseli, reforça que deve ter uma maior mobilização das instituições para aumentar a participação de jovens no acesso ao crédito e que deve ser pensado em algo que seja direcionado exclusivamente para as mulheres do campo. Dando prosseguimento, a conselheira Maria Isabel destaca a importância de ter um mapa para melhor visualizar os dados ora apresentados, para que o conselho tivesse uma maior clareza da situação do Estado do Paraná no acesso ao PRONAF. Nesse ponto, a conselheira Marcia informa que o DERAL/SEAB pode fazer um mapa a partir dos dados do PRONAF. Ainda sobre a questão de mulheres, a conselheira Maria Isabel enaltece a preocupação com a violência que as mulheres estão sofrendo, com um grande aumento de casos na pandemia, lembrando também da violência patrimonial, a qual pode ser um dos motivos da baixa participação das mulheres no PRONAF. Com relação ao tema, a conselheira Ana Miriam salienta que o PRONAF-mais alimentos está financiando habitação rural até o valor de 50 mil. Ao encerrar o assunto, a conselheira Claudia discorre sobre as dificuldades de acesso aos financiamentos das linhas específicas para as cooperativas. Dando continuidade, a conselheira Márcia realiza a explanação sobre o Programa Compra Direta Paraná, sobre os kits das Centrais Públicas e o sobre o PAA Federal. Em relação ao Programa Compra Direta, ela informa que há uma aquisição dos gêneros da agricultura familiar com a doação simultânea para a rede socioassistencial; que a SEAB credenciou 148 cooperativas e associações da agricultura familiar e 907 entidades filantrópicas; que a classificação foi por sistema eletrônico e com associações que possuíam DAP jurídica; com limite máximo de até 20 mil reais por agricultor; sendo 74 gêneros alimentícios, dividido em 10 grupos; o preço referencial é o estabelecido pelo DERAL, com adicional de 30% para alimentos orgânicos; com diferencial de pontuação para jovens e mulheres; todos os municípios poderiam participar; o valor total da chamada pública foi de 20 milhões com recurso do FECOP. Já em relação ao PAA Federal, a conselheira Márcia diz que há uma portaria que prevê, aproximadamente, 7 milhões para beneficiar cerca de 1.000 agricultores com venda por DAP física. Desse modo, foi selecionado 66 municípios, tendo por critério: o índice do Ipadres (que avalia o nível socioeconômico dos municípios), municípios que ainda não tem nenhuma adesão com o PAA e o mapa de insegurança alimentar da CAISAN Nacional. A proposta é a divisão dos municípios em quatro categorias, sendo elas: municípios com seis agricultores, com sete agricultores,

com doze agricultores e com vinte agricultores, essa divisão se deu a partir do censo agropecuário para levantar o número de propriedades agropecuárias e a partir disso foi feita uma proporcionalidade de acordo com o número de agricultores de cada município. As etapas do processo são: a portaria publicada pelo Governo Federal, um plano operacional feito pelo Estado do Paraná, apresentação para o IDR, aguardo da manifestação do IDR sobre a sua participação, encaminhamento dos ofícios para os prefeitos para indicação do técnico e manifestação de interesse em participar do projeto, chamada pública feita pelo município para selecionar os agricultores, consolidação da proposta, início da aquisição e distribuição, pagamento (ocorrerá diretamente do Ministério da Cidadania para o agricultor) e por fim, será feito a prestação de contas. Em continuidade, a conselheira Márcia discorre sobre a entrega dos kits para as centrais públicas, enaltecendo que na ocasião foram entregues seis kits das centrais, com veículo, máquina de alta pressão, caixas organizadoras, carrinho de transporte e balança, ressaltando o quão importante serão esses equipamentos para os municípios contemplados. Para encerrar, a conselheira Márcia aproveita para falar sobre a difícil situação do Programa do Leite das Crianças, clarificando que há um questionamento do Ministério Público sobre o uso do recurso do Funsauúde para o pagamento do PLC, uma vez que o Funsauúde só pode ser utilizado em programas universais, o que não ocorre com o PLC que visa um público específico de famílias de baixa renda e em vulnerabilidade. Por causa desse questionamento, a Secretaria da Saúde reduziu o orçamento de 105 milhões para 70 milhões, com isso o contrato que deveria ser de um ano, foi feito por cinco meses e vence dia 22 de agosto. Por isso, será encaminhado um ofício para as usinas credenciadas informando que a secretaria ainda está em tratativas para a obtenção do recurso complementar. Nesse tocante, o secretário Valdenir sugere ao pleno a elaboração de um ofício ao Senhor Governador questionando a continuidade do Programa, bem como fontes de recursos disponíveis para o funcionamento do Programa até o final de 2020. Dando sequência, a presidente Roseli apresenta a experiência de comercialização de produtos de origem animal do Consórcio CID Centro. A Presidente discorre sobre o processo para implantar e possibilitar a comercialização desses produtos, ressaltando a dificuldade de alguns supermercados em aceitar produtos locais e da importância de evidenciar a compra alimentos de produtores locais e da agricultura familiar. Em prossecução, a conselheira Kelly apresenta um ebook de receitas e informações sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANCs. A Conselheira informa que além do e-book, há a ideia de fazer um workshop e/ou uma oficina culinária, explicando mais sobre as PANCs e como inseri-las na vida da população. Como último ponto de debate, a representante do Ministério Público, Sra. Lena, solicita para a pauta das próximas reuniões o assunto do SISAN, para melhor compreensão de como está a adesão ao Sistema. Para findar, a presidente Roseli Pittner encerra a reunião ordinária agradecendo a participação de todas e todos, reiterando o pedido para que se cuidem diante do atual quadro pandêmico.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB